

Luis Manuel A. V. Bernardo, Leonor Santa Bárbara
Luís Andrade (coordenadores)



REPRESENTAÇÕES DA REPÚBLICA

O LUGAR DAS PROPOSTAS DESCENTRALIZADORAS E AUTONOMISTAS NA REINVENÇÃO DE PORTUGAL

Daniel Melo*

Este texto propõe uma reflexão sobre o itinerário, no contexto português, de opções centrais quanto à organização dos poderes estatais e à própria ideia de comunidade nacional num regime republicano. Com efeito, confederalismo, federalismo, regionalismo e municipalismo foram ideários que ganharam relevância desde finais de oitocentos, incorporando-se gradualmente nos projectos políticos de distintas forças políticas.

1. Gestações

Entre meados/ finais do século XIX e início do século XX, foi intensa a reflexão e debate sobre o futuro dos Estados-nação europeus, à luz das transformações que então se acentuavam, decorrentes do reforço da industrialização e urbanização, do ocaso dos impérios coloniais e das disputas territoriais, das convulsões económicas, da erosão do modelo hegemónico de exercício do poder e da consolidação de distintos modelos de governação¹.

* CHC-FCSH/UNL - Portugal

1. Sobre esta problemática, em articulação com a questão regional, ver Daniel Melo, “A casa e o mundo: região, imaginários e mediações”, in Daniel Melo *et. al.* (coord.), *A globalização no divã*, Lisboa, Tinta-da-China, 2008, pp. 44-46. Ressalve-se que a preocupação com as «estruturas mediadoras» é um *topus* partilhado pelo pensamento euro-ocidental desde a Revolução Francesa de 1789, embora parte da reflexão mais sistemática comece a realizar-se justamente desde finais de oitocentos (ver Hermínio Martins, “O federalismo no pensamento político português”, *Penélope*, n.º 18, 1998, p. 35).

Portugal não escapou a essa tendência, acentuada pela comoção nacionalista em torno do ultimato inglês de 1890, a que grupos oposicionistas se agarraram tenazmente, mormente o PRP. O investimento estratégico foi tão forte que permitiu que, já na I República, estivesse em cima da mesa diversos e consistentes modelos alternativos, a maioria abordando a questão da organização político-administrativa do país.

A primeira e principal linha divisória respeitou a defesa do modelo de Estado unitário ou do de Estado federado. Entre os apologistas do primeiro, estavam os monárquicos constitucionais, os republicanos conservadores e os que dominarão o poder (Constituição de 1911); entre os do segundo, figuravam os republicanos históricos e radicais, os socialistas, os anarquistas, os comunistas, os integralistas (e a sua República Ibérica Federal/Confederação Ibérica), etc.². Foram múltiplas as combinatórias, como entre socialismo e republicanismo, personificada por Henriques Nogueira e o seu federalismo ibérico inspirado no espírito de 1848.

Na maioria das propostas então existentes, a reforma do Estado vinha associada a um conjunto doutras transformações políticas e territoriais: reforma eleitoral; reforma da articulação dos poderes legislativo, executivo e judicial; reforma da organização colonial; etc. A hipótese que avanço é que essa tendência potenciou maiores receios junto das distintas elites (política, militar, intelectual, etc.) quanto à validade de opções mais reformistas, progressistas e/ou inovadoras. Uma das áreas onde isso era mais óbvio era a do quadro colonial, que concitou a adesão a uma linha de conservadorismo historicista e nacionalista, à qual permaneceu fiel até bem tarde grande parte desse magma republicano, que deu pelo nome de republicanismo conservador (para além do bloco da direita nacionalista e parte da direita liberal)³. Ora, tal redundou na hegemonia duma concepção conservadora e autoritária da identidade nacional que teve nefastas implicações na falta de democratização do poder.

Ademais, e em consonância, o posicionamento face à organização do poder e da administração far-se-á segundo grandes alinhamentos

2. Ver Ernesto Castro Leal, "A ideia federal no republicanismo português (1910-1926)", *Revista de História das Ideias*, n.º 27, 2006, pp. 251-291.

3. A este respeito ver Valentim Alexandre, "A África no imaginário político português (séculos XIX-XX)", *Penélope*, n.º 15, 1995, pp. 39-52.

político-ideológicos⁴. Daí que um contexto de maior afirmação dum bloco político-ideológico significasse um golpe de finados para os modelos do outro bloco ou, pelo menos, uma «travessia no deserto». Os quase 50 anos de vigência da ditadura saída do 28 de Maio dão-nos uma ideia de como o factor tempo não foi nada despreciando⁵. Também os precedentes ressurgimentos nacionalistas despoletados pela «Grande Guerra» haviam sido assaz adversos para os projectos federalistas.

Outra tendência estrutural é que, quando no poder, as tais propostas mais ‘progressistas’ de cada partido/bloco de poder foram abandonadas. Foi o que ocorreu com o PRP (vd. Constituição de 1911), com o salazarismo (além do integracionismo colonial, vd. o processo de asfixiamento das províncias metropolitanas e sua abolição em 1959), com o PS (v.g., processo de regionalização político-administrativa em 1998-2008), com o PSD (v.g., processo de regionalização político-administrativa nos anos do cavaquismo e desvalorização da regionalização via proposta de intermunicipalismo em 2002-2005), etc.⁶. Em certos momentos, o paradoxo chegou a ser tão acentuado que um político e intelectual católico com a relevância de António Lino Neto se viu na necessidade de ironizar sobre o estado da discussão política (em 1911), «caracterizado por todos se pronunciarem a favor da descentralização sem que se conheçam os defensores do centralismo; mas ninguém realiza a descentralização após tomar o poder»⁷. Na I República justificou-se tal volte-face como sendo próprio duma fase de transição, mas a insistência dos republicanos federalistas e a existência de propostas gradualistas do tipo regiões-piloto (como a da

4. De resto, uma das principais e pioneiras obras de referência do federalismo a nível mundial, *Du principe fédératif* (1863), saíra da pena de Proudhon, arauto do socialismo utópico.

5. Como refere H. Martins, o Estado Novo, em confronto com o republicanismo, «divorciaria nacionalismo de federalismo, de humanitarismo, de crença na autodeterminação pessoal e cívica, e do anticlericalismo da tradição republicana» (*op. cit.*, pp. 27-28).

6. Para o PRP, vd. Ernesto Castro Leal, *op. cit.*, pp. 252, 255 e 257-258; para o salazarismo, vd. Daniel Melo, “‘Beiras e Pátria’: o regionalismo beirão e as suas relações com o Estado e a sociedade civil no século XX”, *Ler História*, n.º 51, 2006, pp. 208-209; para a actualidade, vd. José António Santos, *Regionalização*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985; César Oliveira (dir.), *História dos municípios e do poder local*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996; e Vital Moreira, “Aquém da regionalização”, *Público*, 8/II/2005.

7. Posição expressa na sua obra *A questão administrativa* e analisada em António Matos Ferreira, João Miguel Almeida (coord.), *António Lino Neto*, Lisboa, Assembleia da República e Texto Editores, 2010, p. 36.

Seara Nova [António Sérgio]⁸⁾ demonstram que era mais do que isso que estava em jogo.

2. Legados

Por muito que o grande quadro político-histórico tenha sido desfavorável às aspirações confederal, federal, regional, etc. – dada a prevalência do estatismo, do centralismo e do patrimonialismo burocrático na cultura política nacional⁹⁾, e de largos períodos adversos à liberdade de expressão e de reunião –, houve um legado que se procurou perpetuar, que se foi modificando e influenciando certas mudanças. Esse legado teve uma relevância ainda pouco estudada, o que tem menos a ver com o seu valor e mais a ver com opções quanto ao estudo da realidade portuguesa.

Nesta ordem de ideias, parece-me fulcral destacar: 1) a relevância do contributo de várias correntes doutrinárias e políticas ao longo do tempo; 2) a distinção entre dimensões política e cultural em certos movimentos, como no caso do regionalismo.

2.1. A relevância do contributo de várias correntes doutrinárias e políticas «descentralistas»

Quanto ao primeiro item, três tópicos sobressaem: o potencial inspirador e progressista dalgumas doutrinas afirmadas na I República; o seu frequente inter-relacionamento; e o quadro legitimador da nova República pós-ditadura.

Característica central, ainda descurada pela literatura, é que doutrinas emergentes primo-novecentistas, como as federalista e regionalista, foram amiúde apresentadas como doutrinas regeneradoras, desde logo enquanto ideia de país, de reinvenção do país e do seu lugar no mundo¹⁰⁾.

8. Para a proposta seareira ver António Reis, “Raul Proença, António Sérgio e a *Seara Nova*: o problema da democracia”, in AAVV., *Seara Nova: democracia, razão, Europa*, Porto, Campo das Letras, 2001, pp. 247-248.

9. Traços estes que abarcaram toda a cultura política ibero-latina contemporânea (Hermínio Martins, *op. cit.*, p. 13).

10. Com isto não pretendo refutar a emergência de preocupações federalistas no espaço ibero-latino desde o advento do liberalismo contemporâneo, à imagem do ocorrido no espaço europeu, mas tão-só realçar que é no fim de século que se reforçam tais vias alternativas (ver H. Martins, *op. cit.*, pp. 13 e 18).

Dado o alcance da posição federalista nalguns dos seus afloramentos, tratava-se inclusive de reinventar o mundo, ainda que tal não fosse por via revolucionária.

Podemos ver esta tendência perpassar a obra de grande parte dos mais destacados pensadores políticos portugueses, desde a geração pioneira de Henriques Nogueira, e pondo de lado os projectos pré-independência do Brasil e seus ecos anacrónicos na primeira Constituição portuguesa¹¹.

Não era só o ar do tempo que era favorável (ao federalismo), tratava-se de corrigir erros crassos não só do absolutismo (conquanto iluminista), mas também do liberalismo constitucional. Isso mesmo se pode verificar na obra de José Pinto de Macedo: «nós temos (...) de atender às próprias correntes do nosso tempo que influem tão decisivamente na formação das consciências colectivas e ninguém, medianamente culto, desconhece a intensa manifestação do poder das doutrinas descentralistas, que vindo desde a federação dos estados, como acontece, repita-se na América, segue na aspiração das federações peninsulares, estende-se á federação europeia, criando, na sua expressão internacionalista, o patriotismo europeu.»¹²

Após a opção do regime republicano pelo modelo unitário, não tardarão a repercutir-se os seus efeitos nefastos, suscitando «a crescente crítica na opinião pública, incluindo importantes áreas das elites republicanas, sobre práticas de centralismo administrativo e clientelismo político, desenvolvidas em várias circunstâncias pelo novo regime republicano»¹³. É nesta linha que se inscreve a posição de António Sérgio, que, em 1923, em plena encruzilhada da República, insta a elite esclarecida a lançar um «movimento regionalista reformador», de suporte ao «ressurgimento português.»¹⁴

11. Se nos ativermos a uma perspectiva de alternativa para a vida cívica e política, e não propriamente de «regeneração» (que pressupõe maior urgência), H. Martins nota que «praticamente todo o pensamento político português digno de nota desde os anos 20 do século XIX até aos tempos mais recentes subscreveu uma ou mais destas alternativas ao centralismo da organização política e administrativa» (*op. cit.*, p. 34).

12. José de Macedo, *Autonomia de Angola*, Lisboa, s.n., 1910, p. 84.

13. Ernesto Castro Leal, *op. cit.*, p. 252.

14. Citações da conferência organizada em Évora pelo grupo Pró-Pátria – *ap. A. Santos Martins, História da Casa do Minho*, volume I (1923-1963), s.l., Casa do Minho, vol. I, 2003, p. 10. Porém, em 1952/3 o mesmo Sérgio defenderia uma *república cooperativista* que tinha implícita a desvalorização das «causas da localidade e regionalidade», optando por um federalismo ‘funcional’ em detrimento do territorial e dum estado unitário centralista (*ap. H. Martins, op. cit.*, pp. 38-39).

Entretanto, já tinham sido publicadas algumas das obras e projectos mais importantes que pensavam a reinvenção do país, quase todos eles sintomaticamente combinando o federalismo com o regionalismo e/ou o municipalismo¹⁵:

- *Estudos sobre a reforma em Portugal e O município no século XIX* (por Henriques Nogueira, respectivamente de 1851 e 1856, que preconizam uma «república de municípios»);
- o programa do Partido Socialista Português de 1877 (com revisão mais recente em 1907) e as ideias de Antero de Quental, plasmadas, por exemplo, em *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos* (1871);
- o programa do PRP de 11/I/1891;
- *Autonomia de Angola* (José de Macedo, 1910);
- *Política nova* (Augusto Alves da Veiga, 1911);
- *A questão administrativa* (António Lino Neto, 1911);
- o programa do Núcleo Republicano Regionalista do Norte de 18/I/1921 (cisão nortenha pró-regionalista do PRP iniciada com a *Declaração dos 39* de 21/XII/1920);
- *O problema nacional* (de J. Corrêa Salgueiro, 1921, que expunha o projecto de Estado Confederado da Federação Nacional Republicana, de 26/XII/1920);
- o programa federalista do Partido Comunista Português de 1921 (cujo projecto constitucional de 1925 propõe uma República Socialista dos Sovietes de Portugal, que integraria a URSS);
- o projecto de reforma constitucional pró-República Federal Portuguesa de Henrique Trindade Coelho (de 12/II/1922)¹⁶.

Outros se seguiriam, em breve, ainda sob a I República: o projecto de República Federal e Municipalista de Sebastião de Magalhães Lima (de

15. A grande excepção a esta articulação são os projectos só de associação a ex-colónias e/ou às possessões ultramarinas, por isso centrados na questão federal. Também muitos dos projectos de federação ibérica têm perfil similar. A constância de tal articulação deve-se à frequência da concepção do federalismo como «*recursivo* ou *reflexivo*», i.e., uma «federação de federações» (H. Martins, *op. cit.*, p. 37).

16. Lista baseada na bibliografia já citada e em Vítor Neto, *As ideias políticas e sociais de José Félix Henriques Nogueira*, s.l., Colibri, 2005, pp. 53-100; António José Rosas da Silva Pereira, *Alves da Veiga e a Constituinte de 1911*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2007; e António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 30-42.

1923); o programa do Partido Republicano Radical [PRR] na sua versão renovada de 1925; a tese «Projecto de um Programa Radical Actualizado» apresentada por Eugénio Battáglio no Congresso do PRR de 1925.

No seu projecto, Trindade Coelho defendia a necessidade imperiosa de «libertar o país do centralismo do Terreiro do Paço» (expressão então muito em voga junto do regionalismo e que se inseria no pensamento crítico desde Henriques Nogueira e Antero), que a República Federal era a única panaceia, assentando numa união de Estados provinciais (por sua vez união de municípios) que englobava todo o território nacional (provincialismo que era então uma das referências do pioneiro regionalismo transmontano e, de todo, em geral), valorizando o «carácter natural» dessas mesmas províncias e criticando o «carácter artificial» dos distritos, assim refutando uma divisão administrativa de pendor centralista e estatista inspirada nos modelos da França revolucionária e napoleónica¹⁷.

A proposta de Trindade Coelho era uma reactualização do projecto de referência de Alves da Veiga, de 1911 (por sua vez moldado no programa do PRP de 1891¹⁸), demonstrando como, sob a I República, continuou viva a chama da transformação profunda da organização político-administrativa, remando contra a forma retocada de Estado unitário e centralista incorporada pela Constituição de 1911 e pela prática política dos anos subsequentes.

Por sua vez, em discurso ao Congresso Nacional Municipalista de 1922, o arquifederalista Sebastião Magalhães Lima defenderia a urgência duma reforma central para a renovação do regime, articulando federalismo e autonomia: «Enquanto se mantiverem as velhas fórmulas centralistas, que nos ficaram da monarquia, nunca a República poderá atingir o ideal de solidariedade nacional, que é a base de uma sólida democracia»¹⁹. No seu projecto de República Federal e Municipalista, o federalismo serviria para realizar a fraternidade inscrita na tríade revolucionária «Liberdade, Igualdade e Fraternidade», i. e., serviria para dar resposta aos anseios, necessidades e obrigações de solidariedade social²⁰.

17. Com argumentos historicistas retirados da *História de Portugal* de Oliveira Martins e da *Pátria portuguesa* de Teófilo Braga, como anota E. C. Leal, *op. cit.*, pp. 282-283.

18. *Ap. H. Martins, op. cit.*, p. 41.

19. *Ibidem*. As suas influências doutrinárias abarcavam Herculano, Henriques Nogueira, Proudhon e Pi e Margall.

20. Sobre o seu pensamento, ver Maria Rita Lino Garnel, *A República de Sebastião de Magalhães Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pp. 48-70.

Segundo certos estudiosos, a antinomia em apreço era tão decisiva que o provincialismo republicano mergulhara num cepticismo apocalíptico (ainda que premonitório), através da divisa «“ou descentralização e autonomia, ou suicídio do regime”»²¹.

O movimento do 28 de Maio, porém, bloquearia duradouramente os projectos mais progressistas, começando por combinar a negativização do federalismo (que ditaria o fim do país tanto na sua variante imperial como na ibérica, no contexto da II República de Espanha e do exílio de republicanos federalistas nesse país) com a encenação duma regionalização que, a bem ver, nem sustentáculo forneceria para a sua dimensão especificamente cultural (folclorista), tal como referi a propósito da consagração das províncias metropolitanas no Código Administrativo de 1936-1940²².

A organização e administração do poder tornaram-se prioritárias na política do imediato pós-marcelismo. Tal prioridade suportava-se no programa do Movimento dos Capitães, programa fundacional da nova República. Na célebre divisa dos «3 D», qualquer um dos seus constituintes (Descolonização, Desenvolvimento e Democratização) estava inevitavelmente ligado à organização e administração do poder. Em sintonia, e além do fim negociado do território colonial, uma grande variedade de partidos políticos apresentará então a sua proposta de descentralização político-administrativa (e todos os com assento parlamentar tinham proposta de autarquia regional). Esta questão era tanto mais central quanto o golpe militar foi acompanhado por uma revolução político-social que colocou no centro da agenda política e social a articulação entre as dimensões representativa e participativa na configuração do futuro poder político. Neste âmbito, a regionalização tornou-se uma das vias óbvias para conferir mais poder aos cidadãos, para os aproximar do poder e para legitimar esse mesmo poder.

O consenso possível ficou plasmado na Constituição de 1976, que assume uma forte descentralização político-administrativa, assente na regionalização político-administrativa e na centralidade da autarquia e do poder local. Enquanto não se decidia o melhor mapa, ficou assente

21. Ver Fernando Catroga, “Geografia política. A querela da divisão provincial na I República e no Estado Novo”, in Fernando Taveira da Fonseca (coord.), *O poder local em tempo de globalização*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2005, p. 186.

22. Sobre a crítica do federalismo ver H. Martins, *op. cit.*, pp. 23-31. Para a encenação regionalista ver Daniel Melo, “Beiras e Pátria”..., *op. cit.*, pp. 208-209.

um mapa descentralizado para efeitos de planificação da acção pública (as «regiões-plano» ou «regiões de planeamento»), além da consagração da autonomia regional para os arquipélagos da Madeira e dos Açores. Apesar desta moldura propiciatória, ainda hoje se espera pelas regiões administrativas consagradas na Constituição. E nem mesmo a adesão à CEE e à sua «Europa das regiões» (por sua vez inspirada no regionalismo histórico) logrou remover os obstáculos para a sua instauração na prática. Como as sondagens disponíveis apontam para uma adesão popular à regionalidade e à regionalização (e ressaltando que o referendo de 1998 apenas derrotou um certo mapa de divisão regional), a persistência dum Estado unitário centralista terá sobretudo de ser assacado às elites que detêm o poder político²³.

A organização distrital, apesar do seu êxito enquanto fórmula que se difundiu pelo mundo ocidental, tornou-se o «alvo específico mais persistentemente apontado», cuja revogação era «pré-requisito para uma vida pública mais verdadeiramente representativa»; contudo, e ao invés do defendido por H. Martins, a opção por este unitarismo interno não colheu a resistência da maioria²⁴. Desde logo, porque se tornou uma opção oficial estrutural desde oitocentos. Depois, porque havia alinhamentos político-partidários vincados, como já referi; e se, em certos momentos, grupos como os corporativistas também quiseram subalternizar o distrito (a nível metropolitano, em 1940), rapidamente o retomaram, como também já aludi²⁵. Por fim, tal estrutura tinha (e continua a ter) a predileção de parte relevante dos partidos/ blocos no poder pelo potencial de controlo político e político-social que proporcionava e pela possibilidade adicional de distribuição de cargos, empregos e recursos²⁶.

Daí que preconize que só as interpretações mais progressistas das doutrinas de federalismo interno e/ou regionalismo representaram verdadeiras

23. Um levantamento e análise de resultados de inquéritos de 1988, 1990, 1999/2000, 2003 e 2004 pode ser lido em Daniel Melo, “A casa e o mundo”..., *op. cit.*, pp. 56-58. Sobre o tratamento político-partidário da questão, ver *ibidem*, pp. 58-59 e H. Martins, *op. cit.*, pp. 42-45.

24. Eis o que nos diz este autor: «Regionalistas, municipalistas, teóricos cooperativistas, corporativistas, sindicalistas de várias tendências, etc., todos insistiram na substituição da estrutura administrativa distrital do País» (*op. cit.*, p. 35). Para uma leitura mais a fundo, ver toda a página citada.

25. Regressou em força via revisão constitucional de 1959.

26. *V.g.*, Catroga, *op. cit.*, p. 219.

alternativas à situação por muitos descrita de negligência das questões locais, tutela abafante da administração pública, anemia da vida pública e falta de participação, transparência e responsabilização da política²⁷.

De referir ainda a importância de parte das reflexões federalistas para a abertura de caminho à adesão a alianças políticas internacionalmente mais abrangentes. Com efeito, pelo menos o federalismo/confederalismo ibérico de pendor republicano pressupunha um processo europeu e internacional alargado, «que passaria por uma Federação das Nações Latinas ou uma República Ocidental dos Estados Unidos da Europa, e que num estádio final se esperava desembocar nuns Estados Unidos da Europa» e, depois, numa Federação da Humanidade²⁸. Similar ambição é extensiva aos projectos anarquista, socialista e comunista, e a outros de proveniência individual, embora com matizes diferentes quanto ao quadro internacional de referência.

2.2. Autonomia relativa entre dimensões política e cultural (o caso do regionalismo)

Tal como outros movimentos e tendências externas e internacionais, também o regionalismo foi rapidamente adoptado em Portugal. Todavia, o quadro histórico desfavorável estimulou uma maior separação entre as suas dimensões política e cultural.

Outra característica central, igualmente descurada pelos estudos, é que o regionalismo procurou ser um movimento regenerador também em termos de higiene social e moral, buscando um ângulo de debate acima das querelas político-partidárias e doutras questiúnculas mais

27. Uso aqui os termos de H. Martins, *op. cit.*, p. 35. A este propósito, e pelo peso assaz progressista do regionalismo no contexto histórico português, discordo da tese de Catroga (*op. cit.*, pp. 183-184) de que o regionalismo se subsumiria sobretudo numa idealização ruralista, num afloramento de direita, dos sectores mais conservadores. E também discordo de que «os apelos regeneradores assentassem numa exaltação mítica das virtudes essencialistas do povo habitante da província» (*ibidem*, p. 184), a maioria deles (apelos) sendo, ao invés, tentativas de alerta e de proposição alternativa (o que preconizo nos meus estudos, ao lado de autores como H. Martins e A. J. Queirós) e até, justamente, pela inserção da sua preocupação regeneradora no «processus ideológico do liberalismo português», tal como analisado por Joel Serrão em “Regeneração”, *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, vol. V, 1985, pp. 251-256.

28. H. Martins, *op. cit.*, pp. 28 e 30. Porém, este autor defende ter havido um hiato de reflexão específica por parte da oposição portuguesa entre 1944 e fim dos anos 60/inícios dos anos 70 (*op. cit.*, p. 32).

fracturantes, como a «questão religiosa»²⁹. Não era só uma questão de procurar debater outros temas ou enfoques menos problemáticos, mas de, através de argumentos de legitimação, conseguir conquistar espaço público para o fazer.

Isto não invalidava que a questão regional fosse uma questão política e que, em certas fases, tenha estado na berlinda do debate público. Mas, atendendo ao tal ambiente amiúde desfavorável, a questão regional assumiu contornos bastante plásticos, oscilando e/ou articulando abordagens culturais (singularidades/características da região, suas representações e partilhas), sociais (protecção e sociabilização dos regionalistas), institucionais (a associação ou o jornal como mediadores entre o poder e a região/«as gentes»), fraternais (aproximação dos imigrados) e, obviamente, políticas.

São três os principais factores que atestam esta tese: 1) a imbricação histórica do político no cultural; 2) o legado do associativismo regionalista; 3) o papel dos média, sobretudo da imprensa regional/ regionalista.

Antes de mais, o regionalismo cultural foi instigado historicamente pelo poder político, um aparente paradoxo: «As grandes unidades territoriais do país existem desde finais do século XIII: Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e Reino dos Algarves (a que se juntarão Madeira e Açores). A partir do reinado de Filipe II, passam a designar-se por províncias, no final do século XVI. Estas funcionariam como instâncias de controlo do poder central sobre os poderes regionais, pese o impacto identitário progressivo junto das populações. O predomínio das forças centrípetas no país implicou o enfraquecimento dos poderes intermédios e uma descentralização sempre débil»³⁰.

Ora, é justamente essa gradual construção duma identidade sociocultural, também ela estimulada e articulada com os efeitos exercidos até bem tarde pelas barreiras naturais (montanhas, cursos de água, etc.), que ganhará redobrado fôlego no contexto da expansão do aparelho estatal, do impacto de certas reformas com alcance socioterritorial e da ascensão das doutrinas e movimentos federalista, regionalista e municipalista.

Quanto ao associativismo regionalista, tive já a oportunidade de analisar alguns dos seus traços mais importantes em vários estudos de

29. V.g., A. Santos Martins, *op. cit.*, p. 10.

30. Daniel Melo, “A casa e o mundo”..., *op. cit.*, p. 47.

caso (designadamente para os contextos colonial, alentejano, transmontano e beirão)³¹. Daqueles traços destaco a plasticidade institucional; a capacidade de sobrevivência; a articulação entre dimensões sociocultural e política (e aqui é significativo notar que um dos períodos cimeiros deste associativismo, anos 1920/30, coincide com o reforço da reflexão e debate por parte de políticos e intelectuais); a relevância do seu contributo sociocultural, inclusive enquanto força motriz para o estabelecimento de «comunidade imaginadas» (na acepção de Benedict Anderson) em torno duma partilha identitária crescentemente mais simbólica que física, no contexto das migrações contemporâneas (tanto infra como internacionais) e que acompanham uma reconfiguração das identidades colectivas.

Nesses e noutros estudos, analisei também o papel dos média, tão relevante que a imprensa regional se tornou um dos sectores mais expressivos no mercado nacional. Um estudo específico da Marktest para 2003 indicava que 51% dos portugueses de Portugal continental liam jornais regionais, indicador em crescimento nos anos seguintes, até aos 54,3% de 2005³².

Aproveito para aditar um balanço sobre publicações periódicas: assim, a maioria das revistas de pendor regional³³ publicadas no século XX têm uma prevalência literária, histórica, erudita, cultural ou sociocultural, onde o factor doutrinário e político é menor³⁴. Tendência inversa ocorre nos jornais, com grande visibilidade das temáticas e intervenção políticas, mas a maioria surgira antes ou durante a I República e desvanecer-se-á durante a ditadura.

Esta dissociação entre cultural e político nem era propriamente algo de não reflectido. Basta atermo-nos no que escrevera Antero sobre a necessidade de criar diversidade, a partir do adquirido social, desvinculando

31. Ver bibliografia específica em Daniel Melo, “Beiras e Pátria”..., *op. cit.*, pp. 222-223.

32. Ver Daniel Melo, “A casa e o mundo”..., *op. cit.*, p. 56; e Paula Brito, “Leitores de jornais regionais aumentam 6,7% entre 2003 e 2005”, *Diário de Notícias*, 8/V/2006, p. 40.

33. Assim definidas por o referirem no título ou no editorial; pelo perfil da maioria dos textos; pelo local de edição, proprietário ou editor. Incluo também boletins das associações regionais/regionalistas.

34. Esta minha avaliação é baseada no cruzamento de bibliografia compulsada pelo autor, em particular das seguintes fontes: Rosalinda Cunha, “Repertório de revistas portuguesas de história 1818-1974”, *Revista da Biblioteca Nacional*, vol. 1, n.º 2, 1981, pp. 313-314; Daniel Pires, *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa do século XX*, Lisboa, Grifo, 1996-2000; Vital Moreira, “Revistas culturais regionais”, *Vértice*, n.ºs 447 (1982) e 452 (1983), respectivamente pp. 195-201 e 82-86; Portugal, Biblioteca Nacional de Lisboa, *Subsídios para a bibliografia da história local portuguesa*, Lisboa, BN, 1933.

a questão política dum política de reconhecimento de fortes laços pré-existentes (de língua, etnia, nacionalidade, identidade regional, etc.)³⁵.

3. Balanços

Grosso modo, a associação entre combate político-partidário e divergência de modelos de organização dos poderes estatais seguiu a divisória entre esquerdas e direitas (excepção para afloramentos integralistas e afins), com as esquerdas mais sintonizadas com o federalismo e outros modelos descentralistas, e as direitas preferindo o unitarismo e o centralismo. Mas os alinhamentos foram ainda influenciados pelo clima político e os equilíbrios entre facções, como o atesta exemplarmente a inversão do republicanismo, da opção federalista para a unitarista, a partir do ultimato de 1890. Bem como pelo posicionamento face ao poder, pois foram vários os partidos que, uma vez na direcção do país, olvidaram os seus projectos mais descentralizadores.

Além de fornecer alternativas políticas, a importância de doutrinas como as federalista e regionalista devia-se à sua preocupação regeneradora (política e moral), reinventando o país e, mormente para a primeira, reformulando o lugar deste no mundo.

Tais impulsos colectivos para a mudança substantiva convocam um legado que supera a estrita dimensão política e pressupõem uma autonomia entre esta dimensão e a dimensão sociocultural, onde também se escoraram as energias, independentemente das inevitáveis interacções e influências recíprocas.

Com efeito, se a questão da divisão territorial e da organização político-administrativa do país esteve (e continua) na ordem do dia durante toda a contemporaneidade (e apesar dos silenciamentos mais óbvios da fase intermédia da ditadura salazarista), isso deve-se, em boa medida, à pertinência dos argumentos e das perspectivas mais progressistas de doutrinas hodiernas e internacionais (confederalismo, federalismo, regionalismo e municipalismo), as quais tiveram apreciável recepção e difusão em Portugal; à capacidade que o regionalismo cultural teve de dar vazão ao anseio regionalistas, na sua dupla dimensão associativa e mediática, transformando o desenraizamento provocado pelo êxodo rural e as restantes migrações coevas numa oportunidade para reconfigurar as pertenças

35. Ver H. Martins, *op. cit.*, p. 37.

simbólicas e fortalecer as «comunidades imaginadas»; à própria flutuação e interacção entre dimensões sociocultural e política no entendimento das implicações da adesão a uma doutrina regionalista (pois da federalista resta, no contexto português, a construção europeia e sucedâneos mitigados como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a Cimeira Ibero-Americana).

A delimitação deste itinerário complexo e tortuoso (dados os frequentes avanços, recuos e contradições) valorizou necessariamente a intervenção das elites políticas (e seu historial de alinhamentos, divisões e hegemónias) e a sua interacção com estruturas da sociedade civil sintonizadas com tal questão (v.g., associativismo e imprensa regionalistas) e com a evolução das conjunturas políticas.

ÍNDICE

- 5 **As coisas comuns**
- IDEÁRIOS E TRAJECTOS**
- 9 **L'idée de république et ses implications philosophiques**
Patrice Canivez
- 29 **Res Publica: a matter of concern**
C. W. R. D. Moseley
- 41 **Quando república e democracia se encontram com representação
(e vice-versa): um ponto de vista de alguma filosofia política e pública**
Renato Lessa
- 55 **Quam rem publicam habemus? Towards a theoretical model of
Res Publica within the context of political history**
Vassil Anastassov
- 63 **République et bien public:
Héritage philosophique et défis contemporains**
Monique Castillo
- 77 **O papel da estética e da religião e a sua mediação ética
nas sociedades democráticas**
Michel Renaud
- 85 **Republicanismo e motivação política**
André Berten
- 111 **Le Marquis de Sade et la République**
Armelle St. Martin
- 123 **Rousseau e a Forma da República**
Manuel João de Matos
- 137 **Os progressos republicanos do espírito humano
Racionalidade e imaginação no legado de Condorcet**
Luís Andrade
- 151 **O republicanismo político de Habermas: democracia e cosmopolitismo**
Maria João Cabrita
- 165 **A República, entre Presidentes e Presidentes-Reis**
Luís Alves da Costa
- 175 **Abordagem simbólica da República**
Gabriela Castro e Carlos Cordeiro

ORIGENS E FULGURAÇÕES

- 189 **Da democracia à *politeia*: a imagem de uma velha conquista europeia**
Maria de Fátima Silva
- 201 **Tucídides e a *politeia* ateniense**
Ou de que *politeia* falamos quando falamos de «república»?
Adriana Nogueira
- 209 **Il divieto di essere *dyplois*.**
Sulla mimèsi nella filosofia politica platonica come sintomo utopico
Giovanni Panno
- 223 **A república romana vista por fora: as considerações de Políbio**
Leonor Santa Bárbara
- 229 **A *res publica* representada em Políbio e Cícero**
Maria do Rosário Laureano Santos
- 239 **Representações da República no *Tratado da República* de Cícero**
Francisco de Oliveira
- 261 **A República ciceroniana**
António Moniz
- 275 ***Res Publica – Res Privata***
Un conflicto de intereses en el Pro Caelio de M. Tulio Cicerón
Alejandro García González
- 287 **El concepto de *res publica* en época romana**
dos aspectos para un análisis de la evolución de su significado:
el de *Re publica* de Cicerón y la presencia posterior del término en la
epigrafía
Marc Mayer i Olivé
- 301 **La intervención divina en la salvaguardia de la República**
Cristina de la Rosa
- 311 **Augusto y la involución política**
Cómo se desmonta una república y se la sustituye por monarquía
Antonio Ruiz Castellanos
- 335 **La ficción de la *Res Publica* en la obra de Suetonio**
María Jesús Pérez Ibáñez
- 349 **Orígens teológicas do conceito moderno de soberania**
António Rocha Martins
- 361 **Utopia I e Utopia III: a continuação de um diálogo humanista**
Maria do Rosário Monteiro
- 371 **República das Letras um ideal proto-iluminista**
Adelino Cardoso
- 381 ***The true idea of a literary journal is to give the history of the Republic of Letters***
The empire of truth and reason and the new 'literary' (Re)public
Mihaela Irimia

- 397 **Empires of merit:
The Republic of Letters and the english augustan imaginary**
Jorge Bastos da Silva

INSTRUÇÃO E CIVILIDADE

- 409 **O Ensino Elementar, uma representação em crise?**
Luís Manuel A. V. Bernardo
- 441 **A descentralização do ensino no jogo de poderes e saberes
do ideário republicano**
José Viegas Brás e Maria Neves Gonçalves
- 459 **Socialização política e imaginário republicano
nas escolas do ensino secundário em Portugal**
José Manuel Resende
- 485 **A educação de crianças com necessidades educativas especiais
em razão de uma condição de deficiência na I República:
alguns aspectos representacionais**
Francisco Carvalho
- 497 **A valorização da profissão docente no imaginário da I República**
José Viegas Brás e Maria Neves Gonçalves
- 511 **Faria de Vasconcelos
um nome a lembrar no projecto pedagógico da I República**
Cristiana de Soveral Paszkiewicz
- 521 **Cientistas em acção no jornal *O Século* (1926-1940).
Imagens públicas da ciência no dealbar do Estado Novo**
Emília Vaz Gomes, Augusto Fitas, Fátima Nunes
- 531 **Arquitectura, design e *Res Publica*:
o projecto da Biblioteca Nacional de Lisboa (1952-1969)**
Leonor Ferrão
- 545 **Passado/Presente
a influência da iconografia monetária no imaginário republicano**
Cláudio Umpierre Carlan
- 555 **Angels of destruction brockden Brown's Republic and world literature**
Simon Edwards
- 563 **The Republic and the discourse of freedom
with Elizabeth Barrett Browning and Alecu Russo**
Adina Ciugureanu
- 575 **O mundo republicano e as mentalidades**
Cecília Barreira
- 585 **Mulheres brasileiras e a República:
A formação do imaginário republicano nos folhetins da pátria**
Maria Ângela de Araújo Resende
- 595 **A República e o Sertão
Imaginação literária e republicanismo no Brasil**
Heloisa Maria Murgel Starling

- 611 **República para pequeninos – Representações da nação republicana em livros infantis portugueses e brasileiros**
Patrícia Santos Hansen
- 629 **Uma república das esquinas na canção popular brasileira**
Bruno Viveiros Martins
- 639 **As várias vozes de uma canção**
A influência da política cultural de Getúlio Vargas na construção das representações de Brasil na obra prima do compositor Ari Barroso
Marli Rosa
- A QUESTÃO REPUBLICANA EM PORTUGAL**
- 653 **Ideação romântica e República no liberalismo português**
Cecília Honório
- 667 **O trono e a tripeça: republicanismo, democracia e questão social em Alexandre Herculano**
Carlos Morujão
- 681 **A teoria e a prática políticas do liberalismo português na origem do ideário republicano: a fase vintista**
Cláudia Oliveira
- 695 **A sensibilidade política republicana em meados do século XIX**
A República: Jornal do Povo (1848)
José Augusto dos Santos Alves
- 713 **In nomine rei publicæ**
A nova religião laica na monarquia constitucional
António Martins Gomes
- 729 **A ordem das coisas: republicanismo e história literária em Teófilo Braga**
Maria Graciete Gomes da Silva
- 739 **Pensamento político de Sampaio Bruno: o ideário e o processo**
Pedro Baptista
- 751 **A Portuguesa e a representação musical da República**
Paulo Ferreira de Castro
- 765 **O lugar das propostas descentralizadoras e autonomistas na reinvenção de Portugal**
Daniel Melo
- 779 **O Republicanismo e a República de Pascoaes**
Margarida Barahona Simões
- 793 **A República dos Integralistas**
A. Paulo Dias Oliveira e José Manuel Cordeiro
- 801 **Com. Pessoa(s) & República(s). pt**
Fernando Ribeiro

Representações da República

Coordenação: Luís Manuel A. V. Bernardo
Leonor Santa Bárbara
Luís Andrade

Capa: António Noronha

© EDIÇÕES HÚMUS, 2013

End. Postal: Apartado 7081 – 4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Tel. 252 301 382 / Fax 252 317 555

E-mail: humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1.ª edição: Outubro de 2013

Depósito legal: 364607/13

ISBN 978-989-755-006-5



As concepções da república, como idealizações da ordem política desejável e como realidades históricas, justificam a formulação de algumas grandes questões: de que falamos quando falamos de república? quais as repúblicas da república? o desiderato republicano mantém-se actual e promissor?

É no ensaio de resposta a estas questões que a publicação de *Representações da República* encontra o seu cabimento.